



DO OLHO DA RUA À SEGREGAÇÃO INSTITUCIONAL: O MENOR ABANDONADO NO BRASIL DE 1964

**Fellipe Henrique Mota Silva,
Veralúcia Pinheiro**

1 (Estudante (PG) e-mail: fellipemota31@hotmail.com).
2 (Pesquisador (PQ) e-mail: veraluciapinheiro27@gmail.com)

Resumo: Esta pesquisa busca comprovar a existência de uma sintonia entre a ideologia de segurança nacional e o projeto político-pedagógico direcionado ao “menor” abandonado. Mais especificamente, este trabalho se propõe a analisar qual o intuito do Estado militarista do regime de 1964 para com esses jovens: preocupação em garantir bem-estar social ou política higienista? Nesse sentido, a partir das obras que documentaram a história das instituições responsáveis pela institucionalização de “menores” durante a ditadura militar, e através de narrativas que fazem referência à tais instituições, e à imagem construída sobre os jovens em situação de rua, buscaremos dados que nos possibilite desvendar o real interesse da ditadura nessa população.

Palavras-chave: Ditadura militar. Febem. Ideologia. Documentos. Narrativa

Introdução

Esta pesquisa busca analisar se existia sintonia entre a ideologia de segurança nacional e o projeto político-pedagógico direcionado ao “menor” abandonado. Mais especificamente, este trabalho se propõe a analisar qual o intuito do Estado militarista do regime de 1964 para com esses jovens: preocupação em garantir bem-estar social ou política higienista? Nesse sentido, a partir das obras que documentaram a história das instituições responsáveis pela institucionalização de “menores” durante a ditadura militar, e através de narrativas que fazem referência à tais instituições e à imagem construída sobre os jovens desvalidas, buscaremos dados que nos possibilite desvendar o real interesse da ditadura nessa população.

O Código de Menores de 1927 foi reformulado em 1979, adotando a doutrina da situação irregular. Ou seja, a criança e o adolescente, abandonado, autor de atos infracionais ou em situação de miséria, por se encontrar nessas condições poderiam vir a ser privados de liberdade, internados em uma instituição. O termo “menor” tornou-





se então pejorativo, utilizado pelos meios de comunicação e pelas instituições oficiais apenas para designar crianças e adolescentes das camadas populares. O Estatuto da Criança e do Adolescente rompeu com essa doutrina e instituiu a doutrina da proteção integral, segundo a qual todas as crianças e adolescentes estão em processo de desenvolvimento e necessitam de proteção integral.

Visando responder a esse perigo que consideravam iminente, o Estado cria a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor – FUNABEM – responsável por formular as políticas de atendimento as crianças e jovens em situação de abandono e a Fundação de Bem Estar do Menor - FEBEM – responsável por executar em âmbito local (estados e grandes cidades) a política da FUNABEM. A principal característica dessa política era a institucionalização da criança. Os critérios para internação da criança ou do jovem eram o abandono, a pobreza ou a prática de atos infracionais. Nesse sentido, os pais poderiam perder a guarda dos filhos simplesmente por estar desempregado e os filhos precisarem ir para a rua executar alguma atividade que lhes renderiam recursos para alimentá-los.

Contudo, discurso sobre a ameaça comunista que assolava o país em 1964 foi forjado no intuito de legitimar a tomada de poder pelos militares através do terror instaurado na população. Assim, salta a questão deste trabalho: qual o real intuito do Estado militarista do regime de 1964 para com esses jovens: preocupação social ou política higienista?

Material e Métodos

A postura teórica que rege esta pesquisa se dá a partir da ideia de totalidade, uma das perspectivas centrais do pensamento marxista. Esta “é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade” (NETTO, 2011, p. 56). Tal ideia é abraçada nesse trabalho e é utilizada para se pensar a criança de rua dentro do contexto macroscópico ao qual está inserida, respeitando as contradições admitidas pelo sistema.

Nesse sentido, buscando respeitar a ideia de totalidade, o tema aqui proposto será pensado dentro de seu contexto mais complexo, logo este trabalho se inclinará





em levantar algumas discussões acerca de temas como as ditaduras sul-americana, guerra fria e neocolonialismo.

O termo criança será pensado a partir das concepções desenvolvidas pela socióloga Irene Rizzini (1997), segundo ela, na sociedade Brasileira da virada do século XIX para o XX, o termo “criança” sustentava uma carga filosófica bastante diferente dos dias de hoje. O termo era recorrente na literatura histórica do período e em sua maioria era utilizado para se referir àqueles que precisavam ser reeducados. Apareciam identificados como expostos e “onde constava algo relativo à infância ou à juventude, lá estava implícita a ideia de periculosidade, [...] ou a criança personificava o perigo, ou era representada como potencialmente perigosa” (RIZZINI, 1997 p.64). Evidente que essa “criança” faz referência às esferas mais pobres da população.

Esta é, acima de tudo, uma pesquisa historiográfica, pensada a partir de análises de documentos. O termo historiografia é aqui empregado no sentido de “investigação e de escrita da história”, na acepção de Aróstegui (2006, p. 36). Epistemologicamente, a historiografia é expressão da consciência do historiador ou de quem a produz. Consciência essa determinada pelo seu ser social (MARX, 1986, p. 25), isto é, enquanto sujeito historicamente situado. Nesse sentido, os documentos e narrativas aqui trabalhadas serão analisadas dentro do contexto histórico ao qual estão inseridas.

Temos duas questões em mente durante o processo de seleção de documentação para este trabalho. A primeira questão é relativa ao discurso. Como foi construída a imagem das instituições de atendimento ao menor e do próprio jovem em situação de rua no período da ditadura militar no Brasil? A segunda questão se dá sobre as próprias instituições de atendimento ao menor e busca compreender como estas funcionam e como tratam o jovem resgatado.

Resultados e Discussão

Na primeira etapa do processo, foi realizada a pesquisa bibliográfica para levantamentos teórico-metodológicos em livros, anais de eventos, bancos de dados, acervos etnográficos, revistas da área, no intuito de problematizar a temática abordada. Nesse período, foram realizados encontros com a orientadora, para





discussão de temas relativo à pesquisa. As discussões e as produções ampliaram a compreensão dos textos, fortalecendo o debate e consolidando os conhecimentos das teorias implicadas. Contudo, devido as implicações da pandemia, a ambição por trabalhar com os documentos brutos ainda não pode ser sanada e foi adiada até a permissão de visitas ao acervo nacional de Brasília na busca por material de pesquisa. Nesse sentido, o trabalho escrito até o momento foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica e de análises documentais de terceiros. Os dois primeiros capítulos não foram tão afetados pelos empecilhos que a pandemia instituiu, uma vez que são capítulo, acima de tudo, teóricos. Já o último, por tratar especificamente das instituições de atendimento ao menor, são os mais prejudicados pela impossibilidade de se trabalhar com documentos primários.

Quanto à escrita do trabalho, esta foi pensada a partir de três capítulos, os quais estão sendo desenvolvidos desde o primeiro semestre de 2021. No primeiro capítulo, elucidamos o recorte feito neste trabalho, o período a partir de 1964, conhecido como ditadura militar. Mais do que isto, este recorte é pensado dentro do seu contexto histórico, isto é, trabalha-se com a ditadura militar no Brasil, contudo, identifica-se esta como parte de uma totalidade e isto será discutido ao longo do texto. O segundo capítulo dialoga com o conceito de Classes Perigosas e Lupemproletariado, busca-se aqui, compreender como esses conceitos surgiram e a quais processos históricos estão relacionados e, a partir desta compreensão, o capítulo propõe pensar o “menor” abandonado enquanto parte desses grupos.

Agradecimentos

Agradeço a minha orientadora e a CAPES pelo apoio financeiro.

Referências

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução de Andréa Dore. Bauru, SP: Edusc, 2006





ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BORGES, Nilson. **A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares**. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia (org.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura-regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 34.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UNB, 2001.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. Traduções de Edgard Malagodi et al. 2ª ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os economistas).

MACIEL, Dulce. P. **Estado de Segurança Nacional e oposição armada: Brasil em tempo de trevas**. Revista história e luta de classes, v. 11, p. 38-43, 2011.

PROST, A. **Doze lições sobre a História**. Tradução de Guilherme de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RIZZINI, I. **O século Perdido: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Santa Úrsula/Amais, 1997.

